

**REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

**PERGUNTA** Número / ( .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

Decorreu entre 7 de julho e 8 de agosto de 2022 a consulta pública referente à atribuição dos direitos de exploração de depósitos minerais de caulino para a área designada “Fonte Cova1”, localizada nos concelhos de Leiria e Pombal, em tramitação na Direção Geral de Energia e Geologia (DGEG).

Os termos do procedimento informa que “tendo a área de exploração dimensão para o seu enquadramento direto no Regime Jurídico de Avaliação de Impacte Ambiental, a restante consulta a entidades decorrerá em sede de AIA e que será necessária a obtenção de uma DIA favorável ou favorável condicionada para início da exploração”.

De acordo com o relatório de consulta pública, foram recebidas “... 81 participações, todas manifestando discordância relativamente ao projeto e centrando-se maioritariamente em preocupações ambientais, fazendo-se uma breve análise das mesmas, a saber:

- Associação de Moradores e Amigos da Guia Oeste;
- União das Freguesias de Monte Redondo e Carreira;
- Freguesia de Guia, Ilha e Mata Mourisca;
- Águas do Centro Litoral, S.A.;
- QUERCUS-ANC;
- Município de Leiria;
- 75 participações de particulares”

De entre as reclamações destacam-se os potenciais impactos ambientais negativos que esta exploração poderá ter ao nível de contaminação de aquíferos e consumo de água, havendo inclusivamente uma pronúncia das Águas do Centro Litoral a alertar para a proximidade a 3 importantes captações para consumo humano. Há ainda outras preocupações ao nível do ruído, qualidade do ar / levantamento de poeiras, degradação de infraestruturas, etc. Saliente-se ainda que neste território as populações e os recursos naturais sofrem já de fortes pressões cumulativas por parte de outras extrações de depósitos minerais.

O relatório de consulta pública elaborado pela Direção de Serviços de Estratégia e Fomento de Recursos Geológicos refere ainda que “não houve lugar à submissão de participações concordantes”.

Importa, contudo, referir um parecer adicional por parte da Câmara Municipal de Pombal que emitiu parecer desfavorável em relação a uma pequena área classificada no PDM como Espaço Florestal de Produção e parecer favorável condicionado para a área de extração inserida em Espaço de Recursos Geológicos. No seu parecer, a autarquia manifestou especiais preocupações com os “impactes relativos aos recursos hídricos”, em especial com a proteção ao sistema aquífero Leirosa-Monte Real e ao sistema aquífero da Mata do Urso, apontando ainda a necessidade de dar cumprimento ao estipulado em PDM e noutros regimes legais.

Face ao exposto, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, os deputados abaixo-assinados do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata vêm perguntar ao Senhor Ministro do Ambiente e Ação Climática, através de V. Exa., o seguinte:

Face à generalidade de participações desfavoráveis à atribuição dos direitos de exploração dos depósitos minerais, qual é a posição / decisão do Ministério do Ambiente referente ao deferimento do pedido?

Palácio de São Bento, 23 de setembro de 2022

Deputado(a)s

HUGO PATRÍCIO OLIVEIRA(PSD)

OLGA SILVESTRE(PSD)

JOÃO MARQUES(PSD)

JOÃO BARREIRAS DUARTE(PSD)

BRUNO COIMBRA(PSD)

HUGO MARTINS DE CARVALHO(PSD)

ALEXANDRE SIMÕES(PSD)

CARLOS CAÇÃO(PSD)

JORGE SALGUEIRO MENDES(PSD)

CLÁUDIA ANDRÉ(PSD)

ALEXANDRE POÇO(PSD)

ANTÓNIO PRÔA(PSD)

ANTÓNIO TOPA GOMES(PSD)

RUI CRISTINA(PSD)

Deputado(a)s

CLÁUDIA BENTO(PSD)

PATRÍCIA DANTAS(PSD)

JOÃO MOURA(PSD)

PAULO RAMALHO(PSD)